

## OS ANOS INICIAIS DE FUNCIONAMENTO DO IMPERIAL COLÉGIO DE PEDRO II: CONSTITUINDO UM PRIMEIRO QUADRO DOCENTE (1838-1855)

**Ana Waleska Pollo Campos Mendonça<sup>1</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**Fernando Rodrigo dos Santos Silva<sup>2</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

**Paloma Rezende de Oliveira<sup>3</sup>**

Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)

### RESUMO

O artigo se propõe a estudar o que estamos considerando como a primeira geração de professores do Colégio Pedro II, a saber, os docentes nomeados entre 1838 e 1855, antes que o concurso para ingresso se tornasse obrigatório. Tais docentes eram diretamente nomeados pelo Ministro do Império, o que é um indicativo da importância atribuída ao Colégio pelo governo imperial. Procura-se entender a lógica que orientou as primeiras nomeações efetivadas, considerando, por um lado, as modificações que vão sendo introduzidas no currículo e, por outro, as mudanças no contexto político. As fontes documentais utilizadas se constituem nos dois primeiros livros de registro de professores do Colégio e na documentação levantada junto ao Arquivo Nacional e ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Na análise dessa documentação, chama a atenção uma grande instabilidade institucional do Colégio, nos seus primeiros anos de funcionamento, que se reflete na dificuldade inicial de se constituir um quadro docente relativamente estável, apesar do prestígio atribuído à instituição. Apenas a partir de 1849, pode-se perceber uma relativa estabilização do corpo docente. De qualquer forma, há uma grande circulação dos professores entre as diferentes matérias e a interinidade é praticamente a norma.

---

<sup>1</sup> [awm@puc-rio.br](mailto:awm@puc-rio.br)

<sup>2</sup> [fergo\\_fergo@yahoo.com.br](mailto:fergo_fergo@yahoo.com.br)

<sup>3</sup> [Paloma62\\_paloma@yahoo.com](mailto:Paloma62_paloma@yahoo.com)

**Palavras-chave:** professores secundários, Colégio Pedro II, 1838-1855.

## **ABSTRACT**

This article studies the first generation of teachers of the Colégio Pedro II, namely the teachers appointed between 1838 and 1855, before the public service exam becomes obligatory. These teachers were appointed by the Empire Minister what shows the importance of the school to the Imperial Government. The study tried to understand how these indications happened and, on the other hand, the modifications introduced in the curriculum and the changes at the political context. The documents analyzed were two books with the record of the first group of teachers and the documentation investigated at the National Archive, and the General Archive localized in Rio de Janeiro. The investigation of the documents demonstrates a big institutional instability in the school at its first years, showing a difficult to constitute a group of teachers, despite the good reputation of the School. At 1849, it was possible to see a relative stabilization of the group of teachers, but there was a large number of interim teachers giving classes in different subjects.

**Keywords:** Secondary teachers, Colégio Pedro II, 1838-1855.

## INTRODUÇÃO

O presente trabalho se vincula a uma pesquisa mais ampla, financiada pelo CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), agência vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação do governo brasileiro, que se intitula “O Colégio Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil”, cujo objetivo geral é estudar o processo de construção de uma identidade profissional específica por parte dos professores do ensino secundário público, no Brasil. A pesquisa tem um recorte institucional e, desse ponto de vista, se debruça, particularmente, sobre os professores do Colégio Pedro II, criado pelo governo imperial em 1837, e que, após a República, é mantido pelo governo federal, conservando, até meados do século XX, o caráter de instituição modelar para todo o ensino secundário brasileiro. O recorte temporal da pesquisa é amplo (1837-1945), mas este artigo em particular se propõe a estudar o que estamos considerando como as gerações iniciais de professores do Colégio, a saber, os docentes nomeados entre 1838 e 1855, antes que se regulamentasse a obrigatoriedade do ingresso na instituição, através de concurso público.

Procura-se entender a lógica que orientou as primeiras nomeações efetivadas, considerando-se as mudanças no contexto político e as modificações que, conseqüentemente, vão sendo introduzidas no currículo. Cumpre ressaltar, a esse respeito, o lugar atribuído pelo Governo Imperial ao Colégio, ao lado de outras instituições conformadoras do Império, como o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Criadas no mesmo ano as duas instituições, vários professores do Colégio foram também fundadores ou membros do IHGB.

O Colégio de Pedro II foi criado, ainda durante o período regencial, por iniciativa do Ministro da Justiça e do Império, Bernardo Pereira de Vasconcellos, com o objetivo claro de servir de padrão e referência para todas as instituições congêneres. Buscava-se dessa forma, num momento em que se descentralizava a instrução pública, com o Ato Adicional à Constituição de 1834, garantir o controle da formação das elites de onde se originariam as futuras lideranças políticas. A estratégia utilizada pelo Ministro foi a de *transformar* um antigo Seminário de órfãos, o Seminário de São Joaquim, em um *colégio de instrução secundária*. O que se

efetivou através do Decreto Lei de 02 de Dezembro de 1837, assinado pelo próprio Vasconcellos.

Cumpra assinalar que a denominação de instrução *secundária* passa a ter curso legal entre nós, justamente, com a criação do Colégio. A adoção da forma *colegial*, que rompia com a tradição das *aulas avulsas*, que nos vinha desde o período colonial, foi central no seio dessa estratégia do governo regencial. A esse respeito, em trabalho anterior, publicado sob a forma de artigo na revista *Educação e Pesquisa* (Mendonça *et al*, 2013a), chamamos atenção para a força dessa tradição, que se consubstanciou, de início, nas chamadas *aulas régias*, implementadas pelas Reformas Pombalinas da Instrução Pública, ainda no século XVIII, e transformadas em *aulas públicas* após a independência. Nesse artigo, transcrevemos as palavras de Haidar (2008), que afirmava peremptoriamente, referindo-se aos liceus provinciais criados anteriormente ao Colégio Pedro II – o Ateneu do Rio Grande do Norte, em 1835, e os Liceus da Bahia e da Paraíba, em 1836 – que estes “ao serem criados reduziam-se a um aglomerado de aulas avulsas funcionando em um mesmo edifício” e que conservavam, “ainda em 1850, o mesmo caráter inorgânico” (p. 21).

Igualmente, em outro trabalho (Mendonça *et al*, 2013b), em que nos debruçamos, particularmente, sobre os Relatórios do Ministério do Império produzidos entre 1837 e 1857, chamamos atenção para o lugar atribuído nesses relatórios, que faziam uma espécie de síntese das atividades anuais de cada ministério, ao Colégio de Pedro II.

Sua criação é anunciada no Relatório de 1837, assinado pelo próprio Bernardo de Vasconcellos e, como afirmamos no referido trabalho:

Associada à modernização e desenvolvimento da capital do Império, a criação do Colégio ganhou ares de projeto nacional que deveria contar com a adesão de toda a sociedade. A valorização dada a essa adesão material ou simbólica se faz constantemente presente nos relatórios ministeriais através, por exemplo, do destaque atribuído às doações oferecidas ao Colégio que, longe de terem caráter caritativo, são elevadas a demonstração pública de cidadania e compromisso com o desenvolvimento da nação (opus cit., p. 5).

O Colégio ocupa um lugar de destaque nesses relatórios, aparecendo junto à Escola de Medicina, à Academia Jurídica, às Aulas de Comércio, à Academia de

Belas Artes e ao Museu Nacional, instituições educativas e culturais de prestígio no âmbito do Império.

Trata-se, sem dúvida, de uma instituição de prestígio, mas parece-nos que, no caso, o prestígio a ela atribuído não se coaduna com as suas condições efetivas de funcionamento, de início, bastante precárias. A própria criação do Colégio, *em substituição* ao Seminário de São Joaquim, foi polêmica e não se conseguiu construir em torno a essa instituição o consenso esperado por Vasconcellos. A imprensa periódica da época dá conta claramente tanto das dificuldades enfrentadas pelo Colégio nos seus primeiros anos de funcionamento, quanto das polêmicas em torno da sua legitimação.

A dissertação de Penna (2008) aponta, em particular, para uma crise de legitimidade pela qual passou o Colégio, já na segunda metade do ano de 1839, após a saída de Vasconcellos do Ministério, que se deu em 16 de abril desse ano. Exemplifica com o debate que se travou no âmbito do Senado, que teve a ativa participação do próprio Vasconcellos, enquanto senador do Império. Questionava-se, fundamentalmente, a *substituição* de um seminário de órfãos por uma instituição destinada à formação das elites. O que estava de fato, entretanto, em questão, era se o Colégio deveria ou não receber parte do orçamento, para pagar as dívidas contraídas com as obras de reforma do prédio do antigo seminário, entregues a ninguém menos que o prestigiado arquiteto francês Grandjean de Montigny, que integrara a missão artística francesa, chegada ao Rio de Janeiro ainda em março de 1816, a convite de D. João VI, então Imperador de Portugal e do Brasil, elevado que fora a Reino Unido de Portugal e do Algarves, em 1815. Ao final, a verba acabou por ser liberada.

As fontes documentais privilegiadas no presente trabalho se constituem nos dois primeiros livros de registro de professores do Colégio Pedro II, que são confrontados com a documentação levantada junto ao Arquivo Nacional e ao Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Na análise dessa documentação, chama a atenção a grande instabilidade institucional do Colégio, nos seus anos iniciais, que se reflete tanto nas mudanças introduzidas no seu currículo, num curto espaço de tempo, quanto na dificuldade de se constituir um quadro docente relativamente estável. Apenas a partir de 1849,

pode-se perceber uma relativa estabilização do seu corpo docente. De qualquer forma, continua a haver uma grande circulação dos professores entre as diferentes cadeiras e a interinidade é praticamente a norma.

## O CURRÍCULO DO COLÉGIO NOS SEUS ANOS INICIAIS DE FUNCIONAMENTO

O currículo inicial do Colégio Pedro II, proposto por Vasconcellos, era essencialmente humanista, com uma extensa carga horária voltada para o estudo do Latim e do Grego, embora a História e as Matemáticas tivessem também uma carga horária significativa, como pode ser visto na tabela abaixo que apresenta a matriz curricular do Regulamento de 1838.

**Tabela 1:** Matriz curricular do Colégio Pedro II – Regulamento n. 8 /1838

Matérias	1ª aula	2ª	3ª	4ª	5ª	6ª	7ª	8ª
Gramática Nacional							X	X
Latim			X	X	X	X	X	X
Grego			X	X	X	X		
Francês				X	X	X		
Inglês			X	X	X			
Geografia						X	X	X
História	X	X	X	X	X	X		
Retórica e Poética	X	X						
Filosofia	X	X						
Matemática/ Aritmética.						X	X	X
Matemática/ Geometria				X	X			
Matemática/ Álgebra			X					
Matemática/ Trigonometria e Mecânica	X	X						
Astronomia	X							
História Natural (Zoologia, Botânica e Mineralogia)				X	X			
Ciências Físicas (Química e Física)	X	X	X					
Desenho						X	X	X
Música						X	X	X

**Observação:** A ordenação das *aulas* se fazia em ordem inversa, da 8ª para a 1ª. Não se utilizava o termo *série*, mas *aulas* ou *lições*.

Em 1841, já no Segundo Reinado, o ministro do Império Antônio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva é responsável por algumas alterações que trarão impactos significativos para o Colégio Pedro II, como a definição do curso em

sete anos, além do desmembramento das cadeiras científicas - tornando o currículo menos humanista, ao menos do ponto de vista das humanidades clássicas - e da introdução do Alemão, entre as línguas modernas.

**Tabela 2:** Matriz curricular do Colégio Pedro II – Regulamento n. 62 /1841

Matérias	1º ano	2º	3º	4º	5º	6º	7º
<b>Gramática Nacional e Gramática Geral</b>	X						
<b>Latim</b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>Grego</b>				X	X	X	X
<b>Francês</b>	X	X	X	X	X	X	X
<b>Inglês</b>		X	X	X	X	X	X
<b>Alemão</b>			X	X	X	X	X
<b>Geografia Descritiva</b>		X	X	X	X	X	X
<b>História</b>			X	X	X	X	X
<b>Retórica e Poética</b>						X	X
<b>Filosofia</b>						X	X
<b>Geografia, Matemática e Cronologia</b>							X
<b>Matemática/ Aritmética.</b>					X		
<b>Matemática/ Geometria</b>						X	
<b>Matemática/ Algebra</b>					X		
<b>Matemática/ Trigonometria e Mecânica</b>						X	
<b>Astronomia</b>							
<b>História Natural (Botânica)</b>					X		
<b>História Natural (Zoologia)</b>					X		
<b>Historia Natural (Minerologia e Geologia)</b>							X
<b>Zoologia Filosófica</b>							X
<b>Ciências Naturais (Física e Química)</b>						X	
<b>Desenho Caligráfico</b>	X						
<b>Desenho Linear</b>	X						
<b>Desenho Figurado</b>		X	X	X	X	X	
<b>Música Vocal</b>	X	X	X	X	X	X	

**Observação:** Nesta matriz, os *anos* já aparecem dispostos em ordem crescente.

É significativo que o primeiro currículo proposto nunca chegou a ser integralizado, já que o Colégio iniciou o seu funcionamento com apenas as três séries iniciais, no caso, a 8ª, a 7ª e a 6ª.

Penna (opus cit), ao analisar o processo de construção social do currículo do Colégio entre os anos de 1837 e 1843, chama atenção para o fato de que, mesmo antes do novo estatuto de 1841, várias mudanças pontuais foram introduzidas, tanto em termos da organização das cadeiras, quanto da distribuição das lições semanais - com base nas dificuldades que iam surgindo na sua implementação - por iniciativa do reitor e dos próprios professores. Registra cerca de catorze (14) alterações feitas

entre a criação do Colégio e o ano de 1840, relacionadas em um anexo a um ofício do reitor ao Ministro, datado de 18 de maio desse ano. Refere-se, igualmente, a um novo plano de estudos que teria sido proposto pelo Ministro Manoel Antonio Galvão, que antecedeu a Antonio Carlos, e que, em alguns aspectos, antecipava as mudanças que viriam se concretizar com o estatuto de 1841. Esse novo plano foi oficializado, não através de uma alteração dos estatutos, mas por meio de um decreto que determinava os ordenados dos professores de cada cadeira e as matérias que seriam lecionadas em cada um dos anos do curso (usava-se explicitamente esse termo - anos de estudo - e estabeleciam-se seis anos de duração para o curso). O processo foi atropelado com a antecipação da maioria do Imperador e a consequente mudança do gabinete. Mas Penna assinala que o novo estatuto (1841) acabou por atender à maioria das demandas dos professores e do reitor. Como veremos, a seguir, toda essa instabilidade do currículo tinha um impacto direto na organização do quadro docente do Colégio.

## AS CATEGORIAS DOCENTES PREVISTAS NOS ESTATUTOS

Vamos agora considerar quais as categorias docentes que os regulamentos e decretos-leis do período criaram nesses quase 20 anos de história do Colégio (1838-1855), que estamos estudando.

Ao consultarmos o Decreto-Lei de 2/12/1837 que cria o *Imperial Collégio de Pedro II* e dá outras disposições, constatamos que se prevê apenas uma classe de professores e vinculada a ela, a classe de substitutos, com uma dupla função: a) substituir ocasionalmente um professor no caso de sua ausência, por falta ou impedimento e b) ensinar nas aulas que forem subdividas devido ao excessivo número de alunos.

Este último item abre precedente para o surgimento de outra categoria docente ainda que ela não estivesse prevista no regulamento, a de *professor suplementar*. O professor suplementar é aquele nomeado interinamente para ocupar o lugar de uma cadeira dividida pelo número excessivo de alunos. A esta cadeira dá-se o nome de cadeira suplementar.



Havia ainda a possibilidade de a substituição ser confiada aos inspetores de alunos que tivessem habilitação para tal, embora entre suas funções, além da vigia dos alunos no interior do Colégio, já constasse a tarefa pedagógica de tomar conhecimento do trabalho prescrito aos alunos pelos professores e cuidar para que fossem feitas as lições com exatidão, tomar aos alunos as lições que estes deveriam decorar e examinar os trabalhos escritos que houvessem feito, lançando quanto antes em folha separada, que entregariam aos respectivos professores, o seu juízo sobre eles.

Ao longo do período recortado, localizamos uma série de pedidos de professores solicitando aos reitores a divisão de turmas, dado o crescente número de alunos matriculados, o que se alegava inviabilizar o trabalho do requerente.

O pouco tempo que a maioria dos professores efetivos ficou no exercício docente, durante o período em estudo, como veremos a seguir, somado ao aumento do número de matrícula de alunos fez com que os substitutos assumissem uma enorme relevância na constituição do quadro docente do Colégio no período.

Seguem abaixo as categorias e funções docentes criadas pelo Regulamento de 1838.

**Tabela 3: Categorias docentes – Regulamento n. 8/1838**

<b>Categorias Docentes</b>	<b>Atribuições</b>
<b>Professores:</b>	Serão nomeados pelo governo, tantos quantos o governo julgar necessários, dando preferência aos funcionários do Colégio, que se acharem habilitados. Compete aos professores não só ensinar aos seus alunos as letras e as ciências, como lembrá-los de seus deveres com Deus, seus pais, a pátria e o governo e empenhar-se na instrução de todos os alunos, sem distinção.
<b>Substitutos:</b>	Substituir os professores nas faltas ou impedimentos, além de “ensinar nas aulas, que forem subdividas, por causa do grande número de alunos” (art 17, § 2º). Seriam em número de três (para todas as matérias). Poderiam servir como inspetores de alunos, enquanto não exercessem o magistério.
<b>Outros funcionários com atribuições docentes</b>	<b>Atribuições</b>
<b>Capelão:</b>	É em igual dignidade que o vice-reitor e será nomeado pelo governo com consulta ao bispo. Tem como uma das suas atribuições a instrução religiosa dos alunos.
<b>Inspetor:</b>	É da competência dos inspetores a direção e vigia de cada classe de alunos (30 a 35 alunos, da mesma idade e aula). Haverá no Colégio mais inspetores do que o número de classes, para que não se prejudique a educação dos alunos quando da

ausência de algum professor. O inspetor repartirá sua classe em subdivisões e cada subdivisão será confiada a um aluno, escolhido por ele. Este aluno será responsável pelo comportamento da subdivisão a seu cargo. Deve elaborar um relatório diário sobre o acontecido em sua classe, organizar um mapa com o procedimento e trabalho dos alunos sob sua responsabilidade, tomar as lições dos alunos e examinar os seus trabalhos escritos, entre outras atribuições.
---

## A PRIMEIRA GERAÇÃO DE PROFESSORES DO COLÉGIO DE PEDRO II

Vamos agora considerar como, nesses primeiros anos de funcionamento do Colégio, essas categorias docentes foram efetivamente preenchidas.

Como já afirmamos, estamos considerando como a primeira geração de professores aqueles diretamente nomeados pelo Ministro, anteriormente a que o ingresso através de concurso se tornasse obrigatório no Colégio. Em trabalho anterior já citado (Mendonça *et al*, 2012 ), utilizamos um recorte temporal mais reduzido (1837-1847) para delimitar essa primeira geração. O estabelecimento do ano de 1847, inicialmente, como marco, se deu em função de termos localizado um registro, nesse ano, de um primeiro processo seletivo de professores. No entanto, tratava-se de uma espécie de *concurso de títulos* e a seleção não foi feita no âmbito do Colégio, mas pelo próprio Ministro, o que nos levou a reconsiderar o recorte temporal inicialmente estabelecido e ampliá-lo.

De fato, a realização de concursos constitui, sem dúvida, um marco importante no processo de profissionalização docente e configurou-se historicamente como um dos primeiros mecanismos utilizados pelo Estado para a certificação dos professores - no caso específico de Portugal e Brasil, com as Reformas Pombalinas da Instrução Pública. No entanto, quanto ao Colégio Pedro II, ela só se tornaria obrigatória por efeito do Decreto n. 1331-A, de 17 de fevereiro de 1854, que regulamentou a instrução primária e secundária do Município da Corte e estabeleceu os “*exames de capacidade para o magistério*”. Essa obrigatoriedade foi incorporada ao Estatuto de 1855 e já no ano seguinte (1856) se realizavam os primeiros concursos para provimento de cargos docentes.

Até o presente momento identificamos que esta primeira geração foi composta por um grupo de 51 docentes, divididos nas duas categorias oficialmente

previstas: Professores (42) e Mestres (9), todos nomeados no período entre 1838 e 1856. Importa ressaltar que essa denominação de *mestre* não aparecia no Estatuto de 1838, mas, posteriormente, ela passa a ser atribuída aos professores de Música e de Ginástica, diferenciando-os dos demais.

Para chegarmos aos nomes, utilizamos como fontes o Primeiro Livro de Empregados, o Livro de Assentamento dos Professores (1852-56) e o Anuário Nº XV, encontrados no Núcleo de Documentação e Memória (NUDOM) do Colégio Pedro II. Nessa terceira fonte documental encontra-se publicada a relação geral dos professores, até a data de publicação do Anuário, subdivididos nas categorias que foram criadas pelas diversas reformas de ensino que impactaram o Colégio ao longo do período. De uma forma geral, a identificação desses professores é sempre imprecisa, pois, há nomes que aparecem em algumas listas e desaparecem em outras.

Dois fatores contribuem para essa imprecisão. Por um lado, temos uma intensa circulação de professores no Colégio, o que colabora para este número alto de docentes no período em estudo. Por outro lado, poucos professores foram nomeados como efetivos, permanecendo a maior parte deles como interinos, seja em decorrência de ausências pontuais dos professores efetivos, seja por pedidos de exoneração do Colégio, por parte destes.

Desse modo, um primeiro aspecto que gostaríamos de destacar é que a *interinidade* constituiu-se em uma marca da pertença dos professores à instituição. Ela pode ser observada já de início, quando se constata a forma como se procedeu à nomeação inicial dos professores, considerando-se que os primeiros nomeados vinculavam-se às matérias finais do curso previsto de oito anos, deixando em vacância aquelas que seriam efetivamente oferecidas no ano letivo que se iniciava (como se afirmou acima, o Colégio começou a funcionar com apenas as três séries iniciais) e usando-se a interinidade como a principal estratégia para viabilizar a abertura das aulas.

Em ofício datado de 30 de abril de 1838, o Ministro Bernardo de Vasconcellos dirige-se desta forma ao 1º Reitor do Colégio, Frei Antonio de Arrábida, Bispo de Anemúria:

Tendo o Regente Interino, em Nome do Imperador determinado que quarta-feira, 2 de maio, tenha lugar a Abertura das Aulas - da 8<sup>a</sup>, 7<sup>a</sup> e 6<sup>a</sup> Classe do Collegio de Pedro II, assim o participo a V Exa Revma para que a tal respeito se sirva dar as convenientes providências. E communico também a V Exa Revma para sua intelligencia, que por Portarias da data de hontem forão nomeados para professores do mesmo Collegio as pessôas seguintes: Justiniano Jose da Rocha para Professor de Geografia, de Historia Antiga e Romana, Joaquim Caetano da Silva para professor de Rhetorica, interinamente encarregado das cadeiras de Grammatica Portugueza e de Lingua Grega, Emilio Joaquim da Silva Maya para Professor de Sciencias Naturaes, encarregado interinamente da Cadeira d' Arithmetica, Domingos José Gonçalves de Magalhães para Professor de Filosofia, encarregado interinamente da Cadeira de Desenho e Januário da Silva Arvellos para Professor de Música (Arquivo Escragnole Doria, serie 9, ficha 38. Brasil. Ministério da Justiça/Arquivo Nacional).

Como se pode constatar dessa citação, o início do ano letivo de 1838, o primeiro de funcionamento do Colégio, deu-se no mês de maio, após um longo período de enquadramento dos professores e de seleção dos alunos. Um detalhe interessante é que um dos professores nomeados, Domingos José Gonçalves de Magalhães, recusou-se a assumir interinamente a cadeira que lhe havia sido designada (Desenho) e permaneceu, entretanto, no quadro docente do Colégio, até que a sua cadeira fosse efetivamente oferecida.

O processo de designação de professores obedeceu a um ritual iniciado em fevereiro, com a nomeação *para o Colégio* e se concluiu apenas em julho, com a definição dos respectivos ordenados. A análise da documentação levantada indica que esse ritual atendeu às seguintes etapas: no mês de fevereiro, foram nomeados os primeiros professores do Colégio, sem designação de cadeira; no mês de março, ocorreu o processo de seleção dos alunos (sem remuneração para os professores que dele participaram); apenas no mês de abril, deu-se a nomeação dos professores para uma cadeira específica, seja na condição de efetivo, seja como interino; no mês de maio, começaram efetivamente as aulas; apenas no mês de julho, foram definidos os ordenados dos professores.

Além do atraso do início do ano letivo, esse modo de ingresso no Colégio gerou um enorme descontentamento entre os professores. Em primeiro lugar, houve uma queixa geral entre os docentes pelo não recebimento da remuneração pelo serviço prestado nas bancas de seleção dos alunos, o que foi atendido posteriormente, via representação do Reitor ao Ministro do Império. Outra fonte de

descontentamento deveu-se à demora na fixação do ordenado anual dos professores, complicada pelo fato de que o Estatuto previa uma gratificação em função do número de alunos por classe, o que era contestado por parte do Reitor e dos próprios professores. Esse processo foi mais lento e as reclamações só cederam no ano de 1849, com um aumento geral dos ordenados dos professores e o fim das gratificações. Até então, o que a documentação nos mostra abundantemente são os professores pleiteando individualmente aumentos de ordenados.

A nosso ver, essa estranha composição dos ordenados, que previa uma parte fixa dos vencimentos e uma parte *proporcionada ao numero dos alumnos* (art 5º do Decreto-Lei de 2/12/1837), era claramente um dos indícios da permanência do modelo das aulas avulsas, mesmo no interior do Colégio, questão que será problemática até o início da República, com a possibilidade que se mantém da matrícula em cadeiras isoladas. Além disso, o mesmo Decreto previa, no seu artigo 5º, que *poderão ser chamados para terem exercício nesse collegio os professores públicos desta corte, de latim, grego, francez, inglez, philosophia racional e moral e retthorica*, estabelecendo, no artigo seguinte, que estes também gozariam do benefício dos vencimentos variáveis pagos pelo Colégio. Foi possível constatar, aliás, que dos primeiros professores nomeados para o Colégio, que constam no quadro abaixo, ao menos dois se achavam nessa condição, já que eram também professores públicos da Corte, a saber, Jorge Furtado de Mendonça (professor público substituto de Latim) e João de Castro Silva (professor publico de Latim),

No primeiro ano de funcionamento do Colégio (1838), foram nomeados dez (10) professores e dois (2) mestres, como se pode constatar pela tabela abaixo.

**Tabela 4: professores e mestres do Colégio Pedro II nomeados em 1838**

ANO	PROFESSOR/MESTRE	EFETIVO	INTERINO
1838-1851	Joaquim Caetano da Silva	Retórica	Grego e Gramática Nacional
1838-1840	Justiniano José da Rocha	História Antiga e Romana	Geografia
1838-1859	Emílio Joaquim da Silva Maia	Ciências Naturais	Aritmética
1838-1842	Domingo José Gonçalves de Magalhães	Filosofia	Desenho
1838-1839	Januário da Silva Arvellos	Música	
1838	Jorge Furtado de Mendonça	Latim	
1838-1839	Manoel Araújo Porto Alegre	Desenho	
1838-1850	Francisco Maria Piquet	Francês	
1838-1839	Padre Leandro Rebello Peixoto e Castro	Religião Vice-Reitor	
1838- ?	Gabriel de Medeiros Gomes	Gramática Latina	
1838-1839	João de Castro e Silva	Gramática Latina	
1838-1839	Padre Joaquim Oliveira Durão	Religião	

Como pode ser visto na tabela acima, dos doze nomeados, apenas cinco chegaram à década de 1840, sendo que dois abandonaram o Colégio no início dessa década, não chegando a completar cinco anos na instituição. Considerando que o professor Jorge Furtado de Mendonça retorna ao Colégio no ano de 1851, temos que quatro professores, deste primeiro grupo, atravessaram a primeira geração (1838-1855), o que corresponderia a apenas um terço do quadro original.

### AS MUDANÇAS INTRODUZIDAS PELO NOVO REGULAMENTO DE 1855

Em 1854, o Decreto-Lei n. 1331 de 17 de fevereiro, vulgarmente conhecido como Reforma Couto-Ferraz, estabeleceu os *exames de capacidade* para o magistério, como uma das condições para o exercício da docência pública no Município da Corte, depois da maioridade legal e da moralidade.

Tais exames consistiam na realização de duas provas, uma escrita e outra oral. Sob a presidência do Inspetor Geral e perante dois examinadores nomeados pelo Governo, os candidatos deveriam versar *sobre as matérias do ensino*

*respectivo*, mas também *sobre o systema prático e método do mesmo ensino* (Art 19 do Decreto n 1331, de 14/02/1854), em conformidade com as instruções do Inspetor Geral.

Em concordância com essa determinação, o novo Regulamento para o Imperial Colégio de Pedro II, aprovado por meio do Decreto n. 1556, de 17/02/1855, estabelece em seu artigo 21, que o provimento das cadeiras que se achassem vagas se faria mediante aprovação do professor em concurso, embora ainda se deixassem brechas para a indicação pelo governo de um professor interino até o efetivo provimento das vagas por concurso.

Além de tornar obrigatório o concurso público para a seleção dos professores da instituição, a Reforma Couto Ferraz e, na sequência, o novo Regulamento do Colégio, também constituíram uma nova categoria docente: a *classe de repetidores*, que foi o objeto de trabalho apresentado ao III Encontro de História da Educação do estado do Rio de Janeiro (III EHed/RJ), sob o sugestivo título de “A Classe de Repetidores do Imperial Colégio De Pedro II: um degrau na carreira docente ou uma estratégia de formação? (1854-1876)” (Mendonça *et al*, 2013c). Também para a seleção desses repetidores se exigia o concurso público. Tais *repetidores* deveriam auxiliar os estudos dos alunos internos e semi-externos do Colégio (*meio-pensionistas*) e também substituir os professores nos seus impedimentos temporários, quando habilitados. Posteriormente, criou-se, inclusive, uma categoria equivalente também para os alunos externos, a categoria dos *explicadores*. Cumpre observar que, com a criação desse novo quadro, os inspetores perdiam boa parte das suas anteriores atribuições docentes.

O que nos parece interessante é que, diferentemente dos substitutos previstos no Regulamento de 1838, estes repetidores ficavam vinculados a um conjunto de matérias, a saber, grego e alemão, latim, ciências naturais, matemáticas, francês e inglês, filosofia e retórica, limitando-se, de certa forma, pela primeira vez, a circulação indiscriminada dos docentes pelas várias matérias. No caso do repetidor de ciências naturais, este seria também o preparador das matérias do ensino e encarregado da conservação dos gabinetes.

A partir de então, as sucessivas alterações nos estatutos do Colégio caminham na direção de uma progressiva vinculação (ainda que tênue) entre o

professor e uma área específica de conhecimentos, o que até então não acontecia e essa vinculação atinge, num primeiro momento, as cadeiras de matemáticas e de ciências naturais. Igualmente, a partir de então, começa a se estabelecer uma diferenciação cada vez mais clara entre *cadeiras* e *matérias*, podendo uma cadeira desdobrar-se em várias matérias de ensino, como é o caso da cadeira de Matemáticas.

Cumpre, ainda, ressaltar que foi, mais uma vez, por meio da nomeação interina que se buscou formar o primeiro quadro de repetidores que atuou no Colégio Pedro II. O livro de assentamentos de professores (1852-1856), localizado no NUDOM do Colégio Pedro II, registra, em 1856, a entrada de três repetidores, já vinculados às suas respectivas matérias, a saber, *Matemáticas*, *Inglês* e *Francês*, e *Latim*. As demais vagas ficaram para ser preenchidas posteriormente e o foram, efetivamente, por concurso.

Particularmente complicada foi a trajetória no Colégio do repetidor nomeado para a cadeira de Matemáticas. Consta no livro de assentamentos, acima citado, que Manoel Buarque de Macedo Lima foi nomeado em 06/08/1855, tendo entrado em exercício no mesmo dia. No entanto, documentação localizada no Arquivo Geral da Cidade nos dá conta de que, em junho de 1856, Macedo Lima ainda não havia assumido o seu cargo, obrigando o reitor do Colégio a encarregar o Bacharel José Antônio Gonçalves da Silva de reger interinamente a vaga de repetidor de Matemáticas.

A ausência de Macedo Lima não apenas deixou vago o lugar de repetidor, como também, a cadeira suplementar que deveria ser por ele regida em função do aumento do número de matrículas no primeiro ano do Colégio Pedro II, e que foi ocupada interinamente por Saturnino Soares Meirelles, professor efetivo da cadeira.

Apenas em março de 1857, Macedo Lima se apresentou, finalmente, para ocupar a vaga que fora preservada para ele. Até lá, para que não houvesse prejuízo aos estudos do Colégio, o reitor nomeou interinamente, no início do ano letivo de 1857, o Sr. Leopoldo Augusto Dioclesiano de Mello Cunha, para a vaga de repetidor e para a cadeira suplementar de Matemáticas do primeiro ano, em substituição ao Dr. Saturnino Soares Meirelles.



Porém, alguns meses depois, em junho de 1857, Macedo Lima ausenta-se novamente, mediante a obtenção de uma licença de viagem e indica, como substituto, o Dr. Pedro José de Abreu, formado em Filosofia Natural pela Universidade de Coimbra, que passa a ser o repetidor de Matemática, cargo que ocupa até o ano letivo de 1860.

Um último dado a respeito de Macedo Lima. Consta no Jornal Mercantil, de 24/12/1856, a informação de que o mesmo recebera no dia anterior o grau de bacharel em Ciências Físicas e Matemáticas pela Escola Militar, o que é um indicativo de que ele possuía uma formação afim com a área de conhecimentos para a qual fora nomeado, o que, entretanto, não garantiu a sua permanência na instituição.

Esse caso nos parece exemplar das dificuldades encontradas pelo Colégio, em um primeiro momento, para o preenchimento do seu quadro docente.

## CONCLUSÃO

De uma forma geral, os dados encontrados pela nossa pesquisa corroboram aqueles indicados por trabalhos anteriores sobre o Colégio, como os de Vecchia e Lorenz (1998), quando estes afirmam que o seu corpo docente era constituído pelo que caracterizam como *homens mundo*. Intelectuais com formação acadêmica no exterior, ou estrangeiros vindos para o Brasil, evidenciando ligação com o mundo europeu civilizado, e que dispunham de prestígio junto à elite intelectual brasileira. Aliás, são esses claramente os critérios privilegiados quando da sua nomeação. Esses professores, sem dúvida, são donos de intensa produção intelectual, pois fundaram e escreveram para jornais e periódicos, publicaram compêndios, obras literárias, foram produtores de obras de arte e até mesmo são considerados precursores de determinadas disciplinas escolares no Brasil, como é o caso de Manuel de Araújo Porto Alegre, professor de Desenho, e que também publicou a primeira charge em periódicos do país, em 1837 (a esse respeito, ver Mendonça *et al*, 2013a).

Por outro lado, o magistério no Colégio Pedro II concorria com outros espaços de atuação, o que poderia nos indicar que a docência não consistia em um lugar de preferência destes homens notáveis ou que se constituía em uma espécie de trampolim para outros cargos mais atrativos, muitas vezes na própria burocracia do Estado. Pesava contra o ofício docente, a “mesquinhez dos vencimentos” tão duramente criticada, fato que, como vimos, só será em parte equacionado em fins da década de 1840.

De qualquer forma, a análise das trajetórias desses professores, dentro e fora do Colégio, parece confirmar as considerações de Dubar (2005), um dos nossos autores de referência, com relação ao processo de profissionalização docente. Para este autor, a identidade profissional, concebida como um processo de socialização, se configura como um resultado, sempre instável e provisório, da mediação de múltiplas interferências: as relacionadas ao controle estatal, as que emanam da cultura institucional em que o profissional se encontra inserido, e as identidades visadas pelo próprio sujeito. Particularmente importante, no nosso caso, é a cultura que se vai constituindo no Colégio, em grande parte fundada no prestígio que lhe é atribuído, “de fora”, pelo Estado Imperial.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Decreto Lei de 2 de Dezembro de 1837. In: Colégio Pedro II. *Anuario do Collegio Pedro II*. Rio de Janeiro: Typ. Revista dos Tribunaes, 1914.
- \_\_\_\_\_. Regulamento nº 8, de 31 de janeiro de 1838. Contém os estatutos para o Colégio de Pedro II. In: *Revista Internato*, nº 3, ano III, janeiro de 1953.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 1331-A de 17 de fevereiro de 1854. Aprova o Regulamento para a reforma do ensino primário e secundário do Município da Corte. In: *Colleção das Leis do Império do Brasil*, tomo 17, parte 2ª, secção 12ª, p. 45-69.
- \_\_\_\_\_. Decreto n.º 1556, de 17 de fevereiro de 1855. Aprova o regulamento do Colégio de Pedro II. In: *Colleção das Leis do Império do Brasil*, 1855, p. 80-93.
- HAIDAR, Maria de Lourdes Mariotto. *O Ensino Secundário no Brasil Imperio*, 2ªed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- MENDONÇA, Ana Waleska P. C., SOARES, Jefferson C. e LOPES, Ivone G.. A criação do Colégio de Pedro II e seu impacto na constituição do magistério público secundário no Brasil. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 39, n. 4, out./dez. 2013a, p.985-1000.
- MENDONÇA, Ana Waleska. P. C., SILVA, Fernando Rodrigo S., PATROCLO, Luciana B. e SOARES, Renata. Construindo o seu quadro docente: as primeiras gerações de professores do Colégio Pedro II. In: *VII Congresso Brasileiro de História da Educação - Circuitos e Fronteiras da História da Educação no Brasil*, Cuiabá/ MT, CDRom, 2013b.

MENDONÇA, Ana Waleska P. C. e SILVA, Fernando Rodrigo S.. A classe de Repetidores do Imperial Colégio de Pedro II: um degrau na carreira docente ou uma estratégia de formação? In: *III Encontro de História da Educação do Estado do Rio de Janeiro (III EHEd)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio/ apoio CAPES, 2013.

PENNA, Fernando de Araujo (2008), *Sob o Nome e a Capa do Imperador: a criação do Colégio de Pedro Segundo e a construção do seu currículo*. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

VECHIA, Ariclê e LORENZ, Karl Michael (org) (1998), *Programa de Ensino da Escola secundária Brasileira (1850-1951)*. Curitiba: Ed. Do Autor, 1998.

Submetido: Novembro, 2014

Aceito: Fevereiro, 2015